

## **DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, AURO DE MOURA ANDRADE, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA LEGISLATURA EM 15 DE MARÇO DE 1964**

Mais uma vez se reúne o Congresso Nacional para a cerimônia de instalação dos trabalhos legislativos do ano, com a prestigiosa presença das figuras e autoridades mais representativas do país e das missões diplomáticas acreditadas junto ao governo do Brasil.

Hoje temos ainda a grata satisfação de registrar a presença entre nós de uma ilustre Delegação do Parlamento Europeu, que se acha em visita ao nosso país.

Em nenhuma outra oportunidade foi mais significativo o ato que ora se pratica. É indissociável a gravidade do momento. É profundo o sofrimento do povo, estrangulado pelas garras de um processo inflacionário inclemente, que dia a dia mais o empobrece e o desprotege.

Ninguém se sente seguro e todos olham ansiosamente para os dias vindouros.

Em busca de soluções verdadeiras e sinceras, devemos partir, sem perder de vista o panorama político, econômico e social que se desdobra em nossos dias.

Espero que este seja um ano de fecundos trabalhos do Congresso Nacional.

Os problemas do povo estão permanentemente em pauta na Casa do Povo e recebem aqui o estudo, a interpretação e a solução que as amplas liberdades e autorização do regime permitem.

Nesse sentido, ninguém duvide da capacidade do Congresso Nacional de decidir.

Em São Paulo, há dois dias, tive a oportunidade de afirmar que a nossa é uma posição institucional. Não temos a menor preocupação oposicionista. Estamos dentro da Constituição, cumprimos os nossos árduos deveres para com o povo, mantemos a independência e a autoridade do Poder Legislativo e realizamos o princípio harmônico com os demais poderes.

Para o cumprimento da Constituição, das leis e a manutenção da ordem, para assegurar o respeito às decisões e à dignidade da investidura dos magistrados; para consagrar o patriotismo e o valor cívico das nossas Forças Armadas e para construir os instrumentos da paz, da prosperidade, da justiça social, da austeridade financeira, da eficiência administrativa, e, sobretudo, para assegurar as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos, não há quem não encontre no Congresso Nacional a solidariedade, o apoio, o entusiasmo construtivo e uma dedicação franca, aberta, desinteressada, capaz de todos os ofertórios.

Ao contrário, porém, para a desordem, para a perturbação da tranqüilidade do povo, para o desrespeito aos princípios mais puros e mais válidos do regime, ninguém poderá contar conosco, pois aí também estamos dispostos a todos os sacrifícios para impedir que deflagre sobre a Nação a terrível desgraça do fim da sua Constituição democrática e de sua fidelidade à fonte das liberdades cristãs entre os homens.

O Presidente da República encontrará no Congresso, e particularmente em seu presidente, toda a compreensão, todo o apoio e toda a solidariedade que solicite dentro do que determina a Constituição do Brasil e do que nos exige a consciência de homens públicos.

Estamos dispostos ao mais amplo entendimento com o Poder Executivo, com finalidades inadiáveis, para um grande esforço de reorganizar a Nação em sua vida econômica e financeira, de controlar essa devastadora inflação e de criar elementos novos de riqueza nacional, de justiça coletiva, de produção e de trabalho.

Para isso estamos decididos a interromper as causas de tantas incompreensões na vida brasileira, entre elas a marcha do comunismo, fonte de clima de intranqüilidade, de ameaças crescentes às liberdades do povo, de perturbação de seu trabalho, de queda da produção, de desordem social, de degenerescência de costumes, que invadem as escolas, os lares, os campos, as oficinas e os templos e tantos males fazem à Nação, porque atingem nos seus mais sagrados fundamentos: (...) a autoridade do governo, a autoridade dos Tribunais, a autoridade dos chefes militares, a autoridade dos mestres, a autoridade dos pais, e também, em face do mundo, a autoridade da Pátria.

Mas para isso os democratas precisam arregimentar-se: chamar homens e mulheres, reunir a mocidade das escolas e das oficinas, encontrar seus chefes, organizar suas lutas, ir às praças, aos jornais, aos rádios e às televisões, proclamar em toda a parte sua fé no regime e defender perante a História a independência deste país, a liberdade deste povo, a autoridade das Leis e o respeito à Constituição.

É mister esclarecer ao povo que nada existe acima da Constituição, pois todos a ela estão sujeitos: o Presidente da República, o Congresso, o Poder Judiciário, as Forças Armadas e o próprio povo.

Repito hoje: cuide a Nação e, à frente dela, os seus mais autênticos líderes, que as liberdades que a Democracia dá, os seus inimigos não a tirem. Advirta-se a Nação de que o processo usurpatório da democracia começa pela usurpação da consciência e da coragem moral dos homens. Reúnam-se os homens bons da Pátria para criar dias melhores, senão para evitar dias piores.

O Congresso Nacional tem imensas responsabilidades, e elas avultam particularmente neste ano. Entre elas, sem dúvida, a mais alta é manter a integridade da democracia no Brasil.

O Congresso deve partir decididamente para a votação das reformas, traduzindo-as de modo a que modifiquem e elevem os níveis de vida nos campos e nas cidades e de modo a que retirem os pretextos de

subversão da ordem constitucional e democrática no país.

A Mensagem presidencial merecerá, pois, a atenção, os estudos e também os reparos necessários.

O Congresso estará à altura do temário democrático: os seus deveres para com o Brasil serão cumpridos dentro da Constituição e da ordem.

Escreveram os Navarros em sua Declaração de Direitos e Deveres: “Se respeitardes as nossa leis, os nosso direitos; se defenderdes as nossa instituições e a nossa segurança; se promoverdes o nosso progresso e bem-estar; se assegurardes as nossas crenças e as nossas liberdades, podeis contar com todo o nosso apoio e toda a nossa dedicação. Senão, não!”

Para a democracia, o Congresso dá todo o apoio. Senão, não!

Fonte: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.